

GDF aguarda sinal verde para créditos

Negociação avança e expectativa é de uma abertura no mês que vem

Norma Moura

A capacidade de endividamento do Distrito Federal, hoje em 22% da receita corrente líquida, deve revista dentro de pouco tempo. As negociações entre o governo local e a União para elevar o percentual de empréstimos que o DF pode contrair podem chegar a um consenso ainda em maio.

O governo tem urgência em conseguir a elevação do teto. Sem poder tomar novos empréstimos, o projeto Brasília Integrada, menina-dos-olhos do governador José Roberto Arruda, pode não entrar nos trilhos.

Segundo o secretário de Planejamento, Ricardo Penna, até o projeto de construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), um metrô de superfície ligando aeroporto e W3 Sul, com possibilidade de se estender à W3 Norte, estaria comprometido se a autorização do empréstimo da Agência Francesa de Financiamento (AFD), parceira do governo local no projeto, fosse autorizado hoje.

Com a capacidade de empréstimo já totalmente comprometida, o governo precisa arrancar do governo

GDF tem urgência em conseguir a elevação do teto, para aumentar nível dos investimentos

federal a autorização para se endividar mais. A intenção do governo é elevar esse patamar para 58%, o que garantiria a execução da segunda etapa do Brasília Integrada.

Com o dinheiro na mão, a construção do VLT e do Veículo Leve sobre Pneu (VLP) estaria assegurada. Projeto da ordem de R\$ 600 milhões, o VLP, um tipo de ônibus que anda em canaleta própria, faria a ligação entre Santa Maria e Gama e o Plano Piloto, chegando pelo Eixo Sul. O valor total dessa linha pode chegar a R\$ 1 bilhão.

Negociação demorada

Essa negociação com o governo federal se arrasta há algum tempo. Desde a volta do governador de Washington, onde esteve no final de janeiro para assinar um contrato de empréstimo de US\$ 190 milhões



RICARDO PENNA - O Distrito Federal tem situação econômica, financeira e fiscal para que o limite seja elevado

com o Banco Mundial (Bird), o GDF estabeleceu contato com o governo federal para rediscutir a capacidade de endividamento.

Em um documento encaminhado ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, o governador Arruda falou do interesse de conseguir mais verbas para tocar os projetos do Brasília Sustentável e do Brasília Integrada, o que só seria possível com dinheiro de grandes instituições financeiras. Para o secretário do Planejamento, a situação é favorável ao governo.

- O Distrito Federal tem si-

tuação econômica, financeira e fiscal para que o limite seja elevado - defende o secretário.

Necessidade de investimentos

O limite máximo de endividamento estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), quando foi feito o refinanciamento da dívida pública dos estados com a União, em 1999, é de 100% da receita corrente líquida.

Muitos estados que estavam com essa capacidade estourada tiveram que se adequar à nova realidade. O Distrito Federal, que estava com as

finanças em dia, mas sem grandes obras em vista, não apresentava necessidade de financiamento, e acabou mantendo o patamar de 22% em que se encontrava.

Questionado se o DF não acabou saindo no prejuízo em relação a outros estados totalmente endividados à época, Ricardo Penna preferiu não criar polêmica.

- O acordo com a Secretaria do Tesouro foi feito dessa forma porque na época não era necessário pegar empréstimos. Hoje temos a necessidade e as condições para isso - disse Penna.